

LUÍSA FERNANDA GUERREIRO MARTINS

A figura da mulher em documentos
de Viagem, em África



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE
INFANTE D. HENRIQUE

Porto

Separata de: AFRICANA n.º 26/27 (2003)

A figura da mulher em documentos de Viagem, em África

Luísa Fernanda Guerreiro Martins*

Resumo

Os textos das viagens de Lacerda e Almeida (1797), de Monteiro e Gamito (1834) e alguns relatórios das expedições militares (séc. XIX) fornecem um conjunto de informações que nos permitem delinear uma conjuntura social (e outras) das regiões percorridas por cientistas, comerciantes e militares. A análise das estruturas sociais apresentadas pelos viajantes permitem definir formas de actuação de mulheres em África, com vista à resistência às intenções de colonização europeia. Tipos de resistência que podem ser activos ou discretos, embora efectivos.

Abstract

Lacerda e Almeida (1797) and Monteiro and Gamito's (1834) journey's and some military expeditions (XIX century) provide us with information that outlines the social context (and others) of places known by scientists, traders and militarys. The analysis made from these travellers reports, permite us to define the ways of feminin action in Africa, resisting the european claims of colonisation. Ways of resistance that may be active or cautious, but effective.

As viagens do cientista Francisco José de Lacerda e Almeida (1797)¹ e dos dois militares Monteiro e Gamito (1832)² foram contributos para a abertura de rotas mercantis intensas, tendo como pontos de partida e chegada os territórios ocupados pelos portugueses na costa Leste de África e as principais povoações das sociedades *chevas, muizas, maraves e lundas*³, em direcção ao interior.

* Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Investigadora do Núcleo de Estudos Sobre África do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

¹ A viagem do cientista Francisco José de Lacerda e Almeida decorreu desde Tete às terras do *reino Lunda de leste*, liderado pelo Muata Cazembe, com capital próximo do lago Muero.

² Esta viagem foi comandada pelo major Monteiro e o diário foi redigido pelo major Gamito. Decorreu desde Tete até ao *Zimboé* do Muata Cazembe.

³ Aplicámos a designação dos povos utilizada por Gamito. Ao longo do texto referiremos estes povos.

A viagem de 1797 tem essencialmente uma base científica e o seu objectivo principal era a chegada à costa ocidental africana. Tal não sucedeu, mas a estadia naquelas terras dos continuadores da viagem de Lacerda⁴ garantiu que os portugueses de Tete correspondessem aos contactos previamente estabelecidos por emissários do Muata Cazembe IV, Lequesa, que pretendia alargar o seu já vasto campo de domínio político e comercial. Lequesa, bom administrador do seu império, percorreu os territórios para assegurar os impostos e a obediência dos súbditos mais renitentes e consolidar as rotas comerciais com Tete, com o Lago Niassa e, a partir daqui, com Quíloa. Ambas as rotas passavam pelo *Zimboé* do Muata Cazembe e subdividiam-se para ocidente, em direcção ao império Lunda do Muatiânvua, a partir do qual se interligavam, uma, com a rota do Cassange, e outra, com a rota do Bié⁵.

Se a viagem de Lacerda e Almeida ficou com a chancela de uma expedição científica liderada por um astrónomo e matemático, a viagem de Monteiro e Gamito teve cariz comercial. Estes militares vão encontrar o Muata Cazembe VI, Kaniemba, filho de Lequesa, envolvido em lutas com os chefes súbditos que não cumpriam as regras de vassalagem e com um seu «irmão», pretendente ao trono. Toda esta situação de desequilíbrio que se vivia no império fez-se sentir na viagem de Monteiro e Gamito. A expedição deparou-se com inúmeras dificuldades na passagem das terras dos grupos *maraves*, *chevas* e *bisas* e no relacionamento com o Muata Cazembe VI.

A partir de Kaniemba e seguindo-se Kapumb e Cinyanta como, respectivamente, Cazembe V e Cazembe VI, vai-se verificando o desmoronar do império Lunda de Leste, não só devido às crises internas de lutas pelo poder, como às guerras com o povo Bemba, e os grupos liderados por Niamuesi e Msiri, estrangeiros atraídos pelas rotas comerciais com os arábico-suahili.

Contextualizadas as duas viagens, passamos agora a analisar a importância da figura feminina para a prossecução das expedições, num período (1797-1832) em que o comércio de escravos era muito importante, com rotas que seguiam em direcção à costa Índica.

⁴ Que morreu nas terras do Muata Cazembe, próximo da sua cidade, sem contudo chegarem a conhecer-se. Continuaram a viagem os seus seguidores, liderados pelo padre João Pinto, que deixou texto escrito.

⁵ Lequesa impediu que os portugueses avançassem para ocidente para assegurar o monopólio destas rotas e garantir a sua intermediação com os portugueses e outros estrangeiros da costa leste. LOBATO, Manuel – Redes mercantis e expansão territorial. A penetração portuguesa no vale do Zambeze e na África central durante o século XIX (1798-1890). *Studia*. Lisboa: CEHCA; IICT. N.º 54-55 (1996), p. 165-210.

A figura feminina influenciou e determinou a viagem de Lacerda e Almeida, através da prazeira Francisca Josefa de Moura e Meneses, seguindo-se a enteada desta, Leonarda, com quem Lacerda casou, logo após o falecimento da sua esposa. Outras figuras femininas de significado na viagem de Lacerda são as escravas carregadoras e mineiras. Quem foram estas mulheres? Que silêncio as guarda nas entrelinhas dos textos escritos por Lacerda, não só nos relatórios, como nas cartas e ofícios enviados à administração da rainha D. Maria I? E que silêncios guardaram estas mulheres que reservaram para si o papel do próprio silêncio, permitindo apenas que se dê por elas no meio dos acontecimentos, quando, muitas vezes, são elas o motor do próprio acontecimento? Quem são as mulheres que, para além dos textos de Lacerda, encontramos nos textos de Gamito e outros documentos do século XIX, num período que antecede imediatamente a instalação colonial portuguesa moderna? Quem são estas mulheres que, ora detêm o poder, ora são dominadas, escravizadas, raptadas?

A prazeira D. Francisca, detentora de terras e mão-de-obra servil, fez parte do grupo restrito de pessoas a garantirem ao cientista o número de carregadores necessários para a prossecução da viagem. Todos os outros prazeiros foram bastante renitentes e só após as ameaças de Lacerda e Almeida, no seu papel de governador de Tete e rios de Sena, acabaram por fornecer produtos de subsistência e carregadores. A decisão de D. Francisca não foi em vão. De facto, ela garantiu que a sua enteada casasse com um europeu, uma das normas que se tentava cumprir por entre as prazeiras, para dar continuidade à possessão das terras por parte de colonos portugueses. Pelo lado de Lacerda, angariavam-se os carregadores e os géneros necessários. A prazeira determina o processo dos acontecimentos e assegura que a viagem lhe traga vantagens futuras. Antes de Lacerda iniciar a viagem, já esta senhora enviara um seu *moçambaz*⁶ ao Cazembe com um presente, com o objectivo de recolher informações sobre a riqueza e poder do Muata Cazembe. Foi ela quem garantiu o apoio a Lacerda, em oposição à resistência dos habitantes de Tete em fornecer carregadores para a viagem. Lacerda refere-se-lhe como a *heroína destes rios*. Para além de embarcações, géneros e *fato*, D. Francisca forneceu, à partida, quarenta homens, aos quais se juntariam sessenta mulheres que estavam nas minas de Maxinga, sua propriedade. A presença das mulheres no grupo de carregadores podia evitar a fuga dos homens e, além

⁶ Serviçal de confiança, representante, porta-voz.

disso, segundo as palavras de D. Francisca, *as negras eram mais trabalhadoras que os cafres e mais dóceis*.

Mas, se esta e outras prazeiras da Zambézia representavam de certa maneira o poder colonial e tinham protagonismo na economia da chamada África oriental portuguesa, a mulher africana teve também um papel significativo na estrutura social, económica e política das sociedades onde estava inserida e, indirectamente, no próprio sistema colonial. Numa sociedade onde crises demográficas provocadas pelas fomes, doenças, guerras e raptos para a escravidão são constantes, a mulher, mesmo sem poder político e económico, é essencial à manutenção do grupo e, por conseguinte, torna-se elemento com poder.

No diário da expedição às terras do Muata Cazembe⁷, em 1832, pelos majores Monteiro e Gamito, encontrámos poucos registos relativos às mulheres carregadoras e cativas. A mulher é referenciada enquanto elemento integrante da descrição e interpretação que Gamito efectua dos usos e costumes dos povos com quem se cruza ao longo da viagem.

Apenas encontrámos um registo preciso relativamente às cativas que Monteiro e Gamito levam na sua viagem⁸. Trata-se do relato da fuga de um grupo de mulheres e das suas duas guardas.

Quando Gamito fala dos chefes menores, os *Fumos*, regista também as *Fumocáze*, as mulheres que governam e cujas sucessoras devem ser sempre mulheres⁹. Para além destas, surgem as mulheres que, ao serviço de algum chefe de aldeia ou de algum estrangeiro, árabe ou português, trabalham como escravas na mineração de ouro¹⁰. Segundo Gamito, estas deveriam trabalhar durante quatro dias na mineração, findos os quais apresentariam uma quantidade determinada de ouro e o excedente poderia ser seu. Corriam risco de vida caso se pusesse em dúvida a sua conduta impoluta quanto à indicação dos locais de mineração a estrangeiros. Estas mulheres conseguiam reunir algum ouro seu para comprar os produtos vindos do litoral nas caravanas comerciais.

⁷ GAMITO, A. C. Pereira – *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937. Vols. I-II.

⁸ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. I, p. 321.

⁹ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. I, p. 37. O autor não se refere a um povo específico ao definir as *Fumocáze*. A explicação surge por comparação com os *Mambo*, os chefes supremos, que têm chefes vassallos, os *Fumos*. A esta referência acrescenta o exemplo das mulheres chefes, mas não nos diz em que povo viu estes casos. *Akázi* significa *Grande*.

¹⁰ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* p. 65.

A descrição dos casamentos nas sociedades com quem a expedição de Monteiro e Gamito contactam, é outro elemento informativo da condição da figura feminina nas sociedades africanas. Por entre os maraves¹¹, a mulher depende do marido e do pai. Pode ser vendida¹². O casamento é realizado entre indivíduos de diversas idades, chegando mesmo a verificar-se entre velhos e crianças, ou entre crianças. Esta situação verifica-se pela necessidade de assegurar a fecundidade e o aumento populacional do grupo, assim como de garantir que cada indivíduo do sexo masculino tenha uma mulher.

O poder económico do indivíduo permite-lhe ter mais do que uma mulher, todas elas orientadas pela esposa mais velha. As mulheres asseguravam a manutenção da casa e dos trabalhos quotidianos e, ainda, faziam aumentar a quantidade total de produtos cultivados, que depois poderiam ser canalizados para os circuitos comerciais e de consumo.

O explorador descreve também o processo do casamento¹³ entre os lundas do território do Cazembe, sublinhando o contrato estabelecido entre a família e o facto de se tratar de um casamento uxorilocal; refere, ainda, as numerosas mulheres¹⁴ que o Muata possui, assim como os chefes das aldeias, as quais são, na maioria, jovens que ficam a faltar aos homens da sua idade, obrigando-os a partir para outra aldeia à procura de casamento, ou então a raptar mulheres de outras povoações, de outras linhagens. Uma forma de domínio dos mais velhos sobre os varões mais jovens.

Nas situações de rapto podem surgir duas situações: ou a mulher raptada é submetida a um ritual de integração na sua nova linhagem antes de casar com o indivíduo, ou então não adquire a linhagem dos raptadores e casa com um elemento da sua nova aldeia. Quando uma destas mulheres do segundo exemplo casa com um chefe da aldeia, ou filho do chefe da aldeia, a sua descendência masculina é designada por "filho de chefe". Muitas vezes, o chefe da aldeia tem mais credibilidade no filho da mulher raptada do que no sobrinho que obrigatoriamente será o seu sucessor. Nestes casos, o chefe concede aos seus filhos a chefia de aldeias ou de postos de controlo das rotas comerciais, o que lhe garante alargar o seu território e domínio do comércio realizado entre o interior e a costa.

¹¹ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. I, p. 115.

¹² GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. I, p. 115.

¹³ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. II, p. 30.

¹⁴ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. II, p. 33-35.

A primeira situação (da mulher que adere à linhagem dos raptos) é mais conservadora e garante apenas a manutenção demográfica do grupo no seu interior, enquanto a segunda situação (da mulher raptada que não perde a sua linhagem) apresenta-se mais evolutiva, na medida em que permite que diversas linhagens se contactem sem a anulação de umas pelas outras (não esqueçamos que os filhos destas mulheres ficam com a linhagem da mãe) e que, numa visão pragmática, o chefe da sociedade raptora possa alargar o seu poder político, económico e, até, sobre o desenvolvimento demográfico.

De entre as mulheres do Muata Cazembe, destacam-se as quatro primeiras, que adquirem um estatuto hierarquicamente superior relativamente a todas as outras mulheres. Estas são colocadas sob a protecção e vigilância das mais velhas, e poderiam ser ofertadas a estrangeiros, como forma de o chefe, incluindo o Muata Cazembe, agraciar os visitantes¹⁵.

Por entre os povos muembas, que à data da viagem ocupavam as terras dos muizas, as mulheres eram sempre consideradas escravas, mesmo pelos próprios "filhos de chefe"¹⁶.

O rapto de mulheres era motivo de lutas entre as sociedades vizinhas, porquanto resultavam em redução do número de mulheres para os homens da sociedade desfalcada e reduziam, ainda, a possibilidade da comercialização de escravas nos locais-chave das rotas caravaneiras do interior e do litoral. Muitas escravas eram vendidas de sociedade em sociedade percorrendo longos percursos desde o interior africano.

No caso das *fumo-acáze* ou *rainhas*, verificamos que, enquanto elementos de poder, estas mulheres opuseram-se, de uma maneira ou de outra, à instalação colonial portuguesa nas suas terras. Ao longo do século XIX, e mais acentuadamente nas últimas décadas, o domínio destas rainhas, tal como o dos chefes das suas aldeias, foi reduzido e praticamente anulado pelos ataques organizados pelos portugueses às suas povoações, em conluio com outros chefes rivais que se aliavam aos portugueses a troco de novas chefias, armas e títulos vácuos, não esquecendo a possibilidade de domínio de rotas comerciais retiradas aos grupos rivais e a anulação do papel fortíssimo dos intermediários que faziam aumentar os preços dos produtos nos seus postos localizados estrategicamente no percurso das caravanas.

¹⁵ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. I, p. 307.

¹⁶ GAMITO – *O Muata Cazembe ...* vol. II, p. 86.

Para ilustrarmos a ideia do poder silencioso da figura feminina nas sociedades africanas, temos um caso de finais do século XIX, em que Mucusse Omar, xeque de Mascate, povoação das terras do Infusse, a sul da Ilha de Moçambique, justificou o ataque que perpetrou às terras do xeque de Sancul, xecado vizinho, dizendo que o fizera porque o xeque de Sancul lhe raptara uma mulher. O rapto de mulheres destinadas à venda nos xecados suahili era um dos fundamentos da economia do grupo dos *namarrais*, que as procuravam nas terras dos grupos vizinhos, ou garantiam a sua vinda desde as terras do interior, e as vendiam aos suahili e outros negreiros como mão-de-obra, ou as vendiam a outros grupos que as pretendiam para garantir a evolução demográfica¹⁷.

Outra figura feminina que assume papel importante, é a que surge denominada de “rainha” na documentação ultramarina portuguesa de finais do século XIX. Temos o exemplo da “rainha” Naguema, dos *namarrais*, que se opôs à instalação colonial portuguesa nas regiões do interior do distrito de Moçambique. Os *namarrais* ocupavam uma região de tampão entre o litoral e o interior, ou melhor, entre as terras do Mossuril e as terras da chamada Macuana. O seu domínio foi reduzido e praticamente anulado pelos ataques organizados pelos portugueses, “chefes tradicionais” aliados e chefes suahili, às suas povoações, que foram assaltadas e queimadas, com vista a romper com a intermediação que Naguema e os seus chefes faziam com o comércio de escravos, géneros, armamento e pólvora entre os territórios do interior e o litoral. Ao pretenderem terminar com essa intermediação, as populações do litoral viam o caminho aberto às suas caravanas comerciais em direcção aos chegados do interior e, por outro lado, garantiam que terminassem os ataques dos *namarrais* às suas terras cultivadas e ao seu gado, prática comum de um povo que se dedicava essencialmente ao comércio e teria de recorrer ao assalto aos campos cultivados quando se instalavam as crises de fome.

Mas, regressando à análise do papel da mulher africana enquanto “rainha”, porque a identificam os portugueses como “rainha”? Talvez por ser *apwiamwene*, ou seja, mãe de linhagens, uma vez que estas sociedades eram matrilineares, no seio das quais se definia a filiação pela linha da mãe. A “rainha”, por sua vez, apoiava a formação de confederações de chefaturas que permitiam alargar o

¹⁷ MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro – A expedição militar portuguesa ao Infusse em 1880: um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique. In *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Lisboa: CEHA; IICT, 2000. p. 483-498.

poder do grupo no território. Estes chefes, pelas suas características polígamas, adquiriam as mulheres da aldeia e especialmente as mais jovens, o que obrigava os homens jovens a partir para outras aldeias para raptar mulheres de outras linhagens para o seu grupo. Este circuito que as mulheres percorriam nestas sociedades não chocava com a estrutura muçulmana das sociedades costeiras, na medida em que as mulheres, nestes casos, também continuavam a ser raptadas para formar “haréns” e dar filhos aos chefes muçulmanos.

O que aos nossos olhos pode parecer um contrasenso, para as sociedades africanas e suahili seria uma simbiose, na medida em que ficaram facilitadas as relações entre as populações animistas e as islamizadas e, também, ficou facilitada a propagação da religião muçulmana que tinha ainda a “vantagem” de dar poder aos chefes em detrimento do poder das *apwiamwene*. Processo que se veio a verificar posteriormente ao século XIX.

Quanto às mulheres raptadas e feitas escravas nas sociedades muçulmanas, restava-lhes a esperança de que os seus filhos adquirissem um cargo de chefia oferecido pelo pai (os chamados “filhos de chefe”), passando elas, por inerência, a uma posição de destaque, uma vez que trouxeram o “nihimo” consigo (nome da linhagem) e o transmitiram ao filho.

Para ensaiarmos uma conclusão, podemos considerar que a figura feminina africana apresenta uma força que pode ser coadjuvante relativamente às pretensões do europeu, como no caso do projecto bem sucedido de Lacerda e Almeida, que teve o apoio da prazeira D. Francisca, como pode ser uma força opositora às pretensões de instalação colonial por parte dos europeus, como foi o caso das *apwiamwene* que ofereceram resistência ao avanço dos europeus em direcção ao interior, ou como foi o caso das escravas da caravana de Monteiro e Gamito que conseguiram fugir, dificultando o transporte de cargas e o avanço da viagem. Ou ainda, como foi o caso das mulheres sem posição política e económica que, raptadas ou não, garantiram que as linhagens não desaparecessem, mesmo após a instalação do sistema administrativo português.

O que nos falta ainda compreender é se, de facto, a figura feminina africana teve peso significativo no processo de oposição ao sistema colonial, no tempo e no espaço considerados. Nos textos das viagens aqui analisadas, transparece a ideia de uma figura feminina decisiva para o decurso dos acontecimentos, com ou sem poder efectivo. Aqui e ali, casos pontuais remetem-nos para essa reacção ao avanço da colonização portuguesa por parte de mulheres com chefia efectiva ou de linhagem, em conjunto com os chefes das aldeias.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e – *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Edição acrescida do diário da viagem de Moçambique para os rios de Sena e do diário do regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto, com introdução do Dr. Manuel Múrias. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1936.
- Para esta obra foram transcritos os seguintes documentos:
- «Diário da Viagem de Moçambique para os rios de Sena»;
 - «Instrução e diário da viagem que fez pelo interior d'África o governador doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, em 1788»;
 - «Diário da viagem da vila de Tete, capital dos rios de Sena para o interior d'África feita pelo doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, em 1798»;
 - «Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799, pelo padre Francisco João Pinto»;
 - «Documentos avulsos».
- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e – *Diário da Viagem de Moçambique para os Rios de Sena*. Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar; Imprensa Nacional, 1889.
- AMARAL, Ilídio – *A Viagem dos Pombeiros Angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do Século XIX, ou a História da Primeira Travessia da África Central*. Lisboa, 1984. sep. de: *Garcia de Orta*, série Geografia.
- CABRAL, António Carlos Pereira – *Lacerda e Almeida, Explorador e Governador dos Rios de Sena, Travessia da África em 1798*. Separata de: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, vol. 44, nº 176, Abril/Dez., Lourenço Marques, 1974.
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida de – *Lacerda e Almeida Escravo do Dever e Mártir da Ciência, 1753-1798*. Lisboa, 1951.
- FONSECA, Henrique Quirino da – *Um Drama no Sertão: Tentativa da Travessia de África em 1798*. 1936.
- FONSECA, Luiza da – *Dois Brasileiros em África. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 192 (1948).
- GAMITO, A. C. Pereira – *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937. Vols. I e II.
- GUIMARÃES, Ângela – *Uma Corrente do Colonialismo Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- ILIFFE, John – *Os Africanos, História dum Continente*. Lisboa: Terramar, 1999.
- LOBATO, Manuel – *Redes mercantis e expansão territorial. A penetração portuguesa no vale do Zambeze e na África central durante o século XIX (1798-1890)*. *Studia*. Lisboa: CEHA; IICT. Nº 54/55 (1996), p. 165-210.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro – *A expedição militar portuguesa ao Infusse em 1880. Um exemplo de ocupação colonial nas terras islamizadas do Norte de Moçambique*. In *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*. Lisboa: CEHA; IICT, 2000. p. 483-498.
- MARWICK, M. G. – *Gamitto: an early nineteenth-century model for modern ethnographers*. In *Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

- PINTO, João Rocha – *A Viagem, Memória e Espaço*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989.
- SANTOS, Maria Emília Madeira – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. 2ª ed. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- VANSINA, Jan – *Les Anciens Royaumes de la Savane, les États des Savanes méridionales de l'Afrique centrale des origines à l'occupation coloniale*. Léopoldville: Institut de Recherches Économiques et Sociales, 1965.
- VV.AA. – *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- VV.AA. – *I Reunião Internacional de História de África – Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.